



REVISTA CIENTÍFICA DO PPGD UNIVEL

# REDIR

**DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES**

Número 5 | Volume 2 | jul 2023

ISSN-e: 2965-0860



REVISTA

# DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES

VOLUME 2 - NÚMERO 5 - 2023

ISSN-e: 2965-0860

**PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Mestrado em Direito, Inovação e Regulações  
Centro Universitário UNIVEL  
Cascavel - Paraná

**Editor**

Dr. Júlio César Garcia

**Apoio Administrativo**

Larissa de Fátima D'Amico

**Revisão dos Textos**

Bruna Lara Sakezevski  
Dayane Ribeiro de Menezes  
Emanuelli Kottvitz  
Larissa de Fátima D' Amico  
Milena Utzig

**Editorial e Diagramação**

Julio Cesar Garcia

**Ficha Catalográfica**

Thayse Dal Molin Alérico  
Bibliotecária – CRB/9:1948

**Capa**

Bruno Felipe Felix Barreiros



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R317

REDIR : revista direito, inovação e regulações /  
Programa de Pós-graduação em Direito do Centro  
Universitário Univel. v.2, n. 5 (jul./dez. 2023). - Cascavel, PR :  
Univel, 2023.

Quadrimestral.

1. Direito. 2. Inovação. 3. Regulações.  
I. Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro  
Universitário Univel.

CDD 340

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária Thayse Dal Molin Alérico CRB 9/1948

ISSN-e: 2965-0860

**Endereço**

Avenida Tito Muffato, 2317  
85.806-080 - Cascavel, Paraná  
Fone: (45) 3036-3636  
redir@univel.br  
www.univel.br/mestrado



**Reitor**

*Renato da Silva*

**Pró-Reitor Administrativo**

*Lucas Renato da Silva*

**Coordenadores do Programa  
de Pós-Graduação em Direito**

*Alexandre Barbosa da Silva*

*Alfredo Copetti Neto*

**Conselho Editorial**

Aldacy Rachid Coutinho - Centro Universitário de Cascavel - **UNIVEL**

Alexandre Moraes da Rosa - Universidade do Vale do Itajaí - **UNIVALI**

Helena Regina Lobo da Costa - Universidade de São Paulo - **USP**

Ingo Sarlet - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - **PUC/RS**

Marcos Ehrhardt - Universidade Federal de Alagoas - **UFAL**

Roberto Miccu - Universidade de Roma - **UNIROMA**

## **CONSELHO AVALIADOR**

### **Alessandro Severino Valler Zenni**

Pós-doutor pela Universidade de Lisboa, 2013. Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Católica de São Paulo, 2004. Mestre em Direito Negocial, com área específica em Trabalho e Processo do Trabalho, pela Universidade Estadual de Londrina, 1997. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, 1991. Professor concursado titular em Direito e Processo do Trabalho na Universidade Estadual de Maringá, Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – Univel.

### **Alexandre Barbosa da Silva**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, 2014. Bolsista CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, com estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense, 2002. Graduado em Direito pela Universidade Paulista, 1994. Professor do Centro Universitário Univel e na Escola da Magistratura do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional "Virada de Copérnico" do PPGD da Universidade Federal do Paraná e do Grupo de Pesquisa "Direito e Regulações" do PPG-D Univel. Coordenador do PPG-D Univel. Procurador do Estado do Paraná.

### **Alfredo Copetti Neto**

Pós-doutor pela UNISINOS/PDJ-CNPQ, 2014. Doutor em Teoria do Direito e da Democracia pela Università degli Studi Roma Tre UNIROMATRE, 2010. Mestre em Direito Público pela UNISINOS, 2006. Professor Visitante na Università di Roma (La Sapienza), Professor Adjunto de Teoria do Direito da Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), Professor e Coordenador do PPG-D Univel.

### **Caroline de Cássia Francisco Buosi Velasco**

Doutora em Psicologia Experimental - Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná, 2011. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, 2020. MBA em Recursos Humanos pela UNIOESTE, 2009. Graduada em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2007, Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense, 2006, e em Pedagogia pelo Centro Universitário UNIVEL, 2023. Docente de cursos a distância do Centro Universitário UNIVEL. Psicóloga clínica e psicóloga jurídica. Escritora dos livros "Alienação Parental: uma interface entre o Direito e Psicologia" e "Acolhimento familiar: uma alternativa ao direito à convivência familiar da criança e do adolescente". Avaliadora educacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC. Procuradora Institucional e Diretora de Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVEL. Proprietária do Centro Educacional e de Desenvolvimento Gira-Sóis.

### **Décio Franco David**

Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2019. Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, 2016. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2014. Pós-graduado em Gestão de Direito Empresarial pela FAE Centro Universitário, 2009. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008. Professor do Mestrado em Direito, Inovações e Regulações do Centro Universitário Univel. Professor de Direito Penal da FAE Centro Universitário. Professor substituto de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Paraná. Professor de diversos cursos de Pós-graduação (lato sensu) em Direito Penal e Processual Penal. Revisor de Periódicos. Parecerista. Presidente da Associação Nacional dos Advogados Criminais (ANACRIM) para o Estado do Paraná. Pesquisador. Advogado.

### **Ivandick Cruzelles Rodrigues**

Doutor em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2019. Mestre em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Mestrando em Direito Americano e Transnacional pela University of Dayton. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais, 2012. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007. Professor nos cursos de graduação em Direito e pós-graduação em Direito e Processual do Trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado.

### **Jacinto Nelson Miranda Coutinho**

Professor Titular de Direito Processual Penal na Universidade Federal do Paraná (aposentado). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Damas, Recife. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da UNIVEL, Cascavel. Especialista em Filosofia do Direito pela PUC-PR. Mestre pela Universidade Federal do Paraná. Doutor pela Università degli Studi di Roma "La Sapienza". Presidente de honra do Observatório da Mentalidade Inquisitória. Advogado. Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal que elaborou o Anteprojeto de Reforma Global do CPP, hoje Projeto 156/2009-PLS.

### **Leandro Sarcedo**

Pós-doutor em Direito Penal pela Universidad de Salamanca, Espanha, 2024. Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, 2015 e 2010, respectivamente. Especialista em Teoria Geral do Direito Penal pela Universidad de Salamanca, 2020. Especialista em Direito Penal Econômico e da Empresa pela Universidade Castilla-La Mancha, Toledo, Espanha, 2011. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, 1997. Professor do Curso de Mestrado em Direito Médico na Universidade Santo Amaro – UNISA. Advogado.

### **Maria de Fátima Ribeiro**

Pós-doutora em Direito Fiscal/Tributário pela Universidade de Lisboa, 2012. Doutora em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993. Mestre em Ciências Jurídicas Empresariais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, 1978. Curso complementar créditos de Doutorado na Sapienza Università di Roma Facoltà di Economia e Commercio e Facoltà di Giurisprudenza em Roma - Itália. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito e do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Marília - UNIMAR. Integra a Diretoria do Instituto de Direito Tributário de Londrina. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-Londrina. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPq: GLOBALIZAÇÃO, DIREITO E ECONOMIA. Advogada.

### **Wilson Engelmann**

Pós-doutor em Direito Público pela Universidad de Santiago de Compostela, Espanha, 2018. Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005 e 2000, respectivamente. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1998. Professor e pesquisador do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios e do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado, ambos da UNISINOS. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, sendo pesquisador colaborador do Latin American Nanotechnology & Society Network; pesquisador associado do Portuguese Institute for Legal Research, do Centro de I&D sobre Direito e Sociedade e do CEAD - Centro Francisco Suárez, Centro de Estudos Avançados em Direito da Universidade Lusófona de Lisboa, todos de Portugal. Membro do Comitê de Assessoramento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

# SUMÁRIO

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. LIMITAÇÕES ACERCA DA REPROVABILIDADE JURÍDICA DE AGENTES INTELIGENTES <i>Bruno Cavalcante Leitão Santos e Francisco de Assis de França Júnior</i>	11
2. A POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DE MULTIPARENTALIDADE POR MEIO DA INSEMINAÇÃO CASEIRA <i>Rodolfo Pamplona Filho; Karina Barbosa Franco; e Patrícia Ferreira Rocha</i>	22
3. MARCOS JURISPRUDENCIAIS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA E SEUS EFEITOS NO SISTEMA DE PENALIZAÇÃO DAS CORPORAÇÕES <i>Isabela Ferrari; Marco Antonio Zimmermann Simão; e Raquel Salgado</i>	44
4. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: DIREITO E PROCESSO DIGITAL <i>Marcia Cristina Cavalcante Mateus e Emanueli Kottvitz</i>	63
5. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO TRABALHO EM PLATAFORMA DIGITAL EM DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO <i>Aldacy Rachid Coutinho; Dayane Ribeiro de Menezes; e Tadeu Guimarães Kangussu Jr.</i>	80
6. CRIMINAL COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE SELETIVIDADE PENAL <i>Teilor Santana da Silva</i>	108
7. RESPONSABILIDADE CIVIL, INDENIZAÇÃO E COMPLIANCE <i>Aldacy Rachid Coutinho; Daniella Cristina Mendes Sehaber; e Vinicius dos Santos</i>	121
<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES</b>	<b>134</b>

# APRESENTAÇÃO

Apresentamos com entusiasmo o número 5 da REDIR – Revista de Direito, Inovação e Regulações da UNIVEL. Nesta edição, damos continuidade aos textos que compõem o dossiê temático “Inovação e Conforidade” sob a coordenação da professora e pesquisadora da UNIVEL Dra. Aldacy Rachid Coutinho. Nesta oportunidade reafirmamos nosso compromisso com a disseminação de pesquisas jurídicas de alta relevância e qualidade, refletindo os avanços contínuos em áreas cruciais do Direito contemporâneo. Através de uma curadoria rigorosa e um processo de revisão meticuloso, trazemos aos leitores artigos que não apenas abordam questões emergentes, mas também desafiam as fronteiras do conhecimento jurídico, promovendo um diálogo acadêmico vigoroso e inovador. Este dossiê prestigia três linhas principais:

**1. Limites Jurídicos do Compliance:** Compliance é uma terminologia global que nasceu da necessidade de controle, adequação e segurança dos institutos públicos e particulares. Trata-se de um conjunto de ações, princípios e regulamentações que visam evitar e diminuir riscos, incluindo normas e legislações internas e externas. No Brasil, foi oficialmente incorporado pela Lei nº 12.846/2013, com suas competências citadas de forma singela no artigo 7º, deixando a cargo das instituições e da jurisprudência definir seus limites.

**2. Tecnologia e Proteção de Dados:** Com o desenvolvimento tecnológico crescente, a proteção de dados pessoais tornou-se uma necessidade urgente, refletida na criação de normas como a Lei Geral de Proteção de Dados e o Marco Civil da Internet. Este tema aborda como novas tecnologias devem ser desenvolvidas já em conformidade com as proteções legais, elevando a consciência desde os fabricantes até os consumidores finais, sem limitar a inovação tecnológica.

**3. Governança Algorítmica:** A governança algorítmica refere-se ao processo de regulamentação e supervisão dos algoritmos utilizados em diversos setores, incluindo tecnologia da informação, negócios e governo. O objetivo é garantir que os algoritmos sejam transparentes e responsáveis, protegendo os direitos e interesses das pessoas afetadas pelas decisões automatizadas.

A seguir, apresentamos uma síntese dos sete artigos publicados neste número 5, destacando suas contribuições para os temas de inovação e conformidade:

No primeiro artigo intitulado **Limitações Acerca da Reprovabilidade Jurídica de Agentes Inteligentes**, os autores Bruno Cavalcante Leitão Santos e Francisco de Assis de França Júnior investigam como agentes inteligentes têm proporcionado riscos e danos a bens tutelados na esfera civil e criminal, questionando a necessidade de revisão de conceitos como racionalidade e reprovabilidade penal à luz da evolução da inteligência artificial.



No segundo artigo, **A Possibilidade de Caracterização de Multiparentalidade por Meio da Inseminação Caseira**, os autores Karina Barbosa Franco, Patrícia Ferreira Rocha e Rodolfo Pamplona Filho exploram a possibilidade de estabelecer multiparentalidade através da inseminação caseira, analisando questões jurídicas e éticas relacionadas ao procedimento e suas implicações nos vínculos parentais.

No terceiro artigo, **Marcos Jurisprudenciais da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e seus Efeitos no Sistema de Penalização das Corporações**, os autores Isabela Ferrari, Marco Antonio Zimmermann Simão e Raquel Salgado investigam os marcos jurisprudenciais brasileiros na responsabilidade penal das pessoas jurídicas, avaliando os efeitos desses julgados e a importância dos programas de compliance como fator regulador nas empresas.

No quarto artigo, **Quarta Revolução Industrial: Direito e Processo Digital**, as autoras Marcia Cristina Cavalcante Mateus e Emanuelli Kottvitz discutem as transformações digitais no Poder Judiciário, abordando a automação de processos, inteligência artificial e a importância da jurimetria e da ciência de dados para a eficiência e segurança no ambiente virtual.

No quinto artigo, **Reconhecimento de Vínculo Empregatício no Trabalho em Plataforma Digital em Decisões do Tribunal Superior do Trabalho**, os autores Aldacy Rachid Coutinho, Dayane Ribeiro de Menezes e Tadeu Guimarães Kangussu Junior analisam as decisões do Tribunal Superior do Trabalho que reconhecem o vínculo empregatício de trabalhadores em plataformas digitais, destacando os requisitos para esse reconhecimento e as divergências com outras decisões judiciais.

No sexto artigo, **Criminal Compliance como Instrumento de Seletividade Penal?**, o autor Teilor Santana da Silva examina se programas de criminal compliance podem ser considerados como instrumentos de seletividade penal, questionando a efetividade desses programas e suas possíveis consequências no âmbito penal.

E finalmente, no sétimo e último artigo, **Responsabilidade Civil, Indenização e Compliance**, os autores Aldacy Rachid Coutinho, Daniella Cristina Mendes Sehaber e Vinicius dos Santos exploram a relação entre responsabilidade civil, compliance e o valor das indenizações, discutindo como programas de compliance podem influenciar na minimização de riscos e na determinação do valor das indenizações.

Esta edição da REDIR não apenas reflete a diversidade de temas e abordagens metodológicas, mas também evidencia a interseção entre direito, tecnologia e inovação. Os artigos aqui reunidos oferecem uma análise profunda e crítica sobre como a conformidade e a governança podem ser aprimoradas em um cenário cada vez mais digital e interconectado.

Convidamos todos os leitores a se engajarem com os insights e debates apresentados nesta edição, certos de que as discussões aqui iniciadas terão um impacto duradouro nas práticas jurídicas e na formulação de políticas públicas. Agradecemos aos autores e revisores por suas valiosas contribuições, e estendemos os agradecimentos a toda a equipe editorial, esperando que esta edição enriqueça o conhecimento e inspire novas pesquisas e avanços no campo jurídico.

Prof. Dr. Júlio Cesar Garcia  
Editor